



## **PROGRAMA CORREDOR AZUL**

**Conectando Pessoas, Natureza e Economias ao longo do  
Sistema Paraná-Paraguai de Áreas Úmidas**

### **MAPEAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DE DEMANDAS DE CAPACITAÇÃO PARA SUBSÍDIAR O PLANO DE TREINAMENTO DO COMPONENTE PCA**

**Produto 1 – Diagnóstico**

**Versão 1**

Elaborado pela Equipe do Programa Corredor Azul

Campo Grande/MS  
Julho de 2018

<b>Identificação</b>	
Consultor(a) / Autor(a): Elaborado pela equipe do Corredor Azul	
Número do Contrato:	
Nome do Projeto: Plano de Treinamento	
Coordenador Técnico Responsável: Áurea da Silva Garcia	
Data /Local: Campo Grande, julho de 2018	
<b>Classificação</b>	
Componente	
Influence	Field
Know	Mobilize
Palavras-Chave: Capacitação, treinamento, demandas de parceiros	
Subindicador:	
<b>Resumo</b>	
Título do Produto: Mapeamento e Identificação de Demandas De Capacitação para Subsidiar o Plano de Treinamento do Componente PCA	
Subtítulo do Produto:	
Resumo do Produto:	
Qual objetivo primário do produto?	
Levantar demandas de capacitação e treinamento principalmente relacionadas a conservação de áreas úmidas.	
Que problemas o produto deve resolver?	
Demandas por capacitação de gestores públicos, iniciativa privada e sociedade civil.	
Como se logrou resolver os problemas e atingir os objetivos?	
Consulta junto às instituições parceiras e documentos de referência.	
Quais resultados mais relevantes?	
Aproximação com instituições parceiras.	
O que se deve fazer com o produto para potencializar o seu uso?	
Implementação do Plano de Treinamento.	

## **APRESENTAÇÃO DO PRODUTO**

A cada dia, deparamos com problemas acerca dos recursos naturais, da biodiversidade e da qualidade ambiental. A partir dessa constatação se reforça a necessidade da união e do planejamento para alcance de processos menos impactantes que ajam diretamente para a conservação. Assim, o Programa Corredor Azul (PCA) foi construído com o propósito de melhorar a qualidade do meio e mitigar impactos ambientais.

Considerando a dinâmica das instituições e organizações com diferentes iniciativas no Pantanal, foi realizado o “Mapeamento e Identificação de Demandas de Capacitação para Subsidiar o Plano de Treinamento do Componente PCA”. O Plano de Treinamento busca sistematizar cursos, capacitações e eventos de forma a instrumentalizar representantes do setor público, privado e terceiro setor para que possam atuar e executar políticas públicas mais assertivas, dadas as demandas territoriais existentes

Para levantamento das demandas foram consultados dados referentes ao Pantanal a partir de reuniões efetuadas com instituições envolvidas, além de planos disponíveis nos portais governamentais – Agência Nacional de Água (ANA), Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) e Assembleia Legislativa.

As demandas estão distribuídas em tabelas, onde constam as descrições, cronograma e local para as ações. A primeira tabela corresponde as demandas retiradas dos planos, a segunda é decorrente das demandas apontadas por instituições parceiras e a terceira as ações previstas para início ainda esse ano.

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO DO PRODUTO</b> .....	3
1.1 RESUMO DA PROPOSTA.....	5
1.2 CONSTRUÇÃO DO PLANO DE TREINAMENTO .....	5
<b>2. MARCO SITUACIONAL</b> .....	6
2.1 INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS .....	6
Programa Corredor Azul – Wetlands International e Mupan – Mulheres em Ação no Pantanal.....	6
Agência Nacional de Água (ANA).....	7
Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) .....	8
WWF-Brasil.....	10
Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) .....	11
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).....	11
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).....	12
Outras articulações.....	12
<b>3. MARCO CONCEITUAL</b> .....	12
<b>4. MARCO OPERACIONAL</b> .....	15
Ações Previstas 2018 – PCA/Pantanal.....	17
Diagnóstico- Consultas em Planos e Documentos.....	20
Diagnóstico – Consulta Instituições .....	21
<b>5. CONSIDERAÇÕES/PRÓXIMOS PASSOS</b> .....	28
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	28

## **DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

### **1.1 RESUMO DA PROPOSTA**

Quando o assunto é conservação, não visamos o meio como algo individualizado, mas sim caracterizando todas as diferenças do território e, de forma conjunta, todos os elementos em sua superfície, principalmente a relação homem e natureza. Preza-se ainda na manutenção da qualidade de vida, frisando aspectos de vivência e conservação, objetivando assim a sustentabilidade de maneira que assegure para futuras gerações meios naturais de subsistência. Com a finalidade de formação participativa da comunidade na busca pela manutenção da qualidade ambiental e da conservação, nasce a iniciativa do “Mapeamento e Identificação de Demandas de Capacitação para Subsidiar o Plano de Treinamento do Componente PCA”. Busca-se, prioritariamente demandas para capacitação de lideranças, gestores públicos e privados, atuantes de diversas esferas, de maneira que se possa expandir conhecimento e melhorar a gestão do território. Essa ação está voltada a atender ao Programa Corredor Azul e suas áreas de influência. No Brasil, a área de Estudo do Programa é o Pantanal, porém, integra ao mesmo tempo as áreas úmidas de Esteros del Iberá e o Delta del Paraná. Todas as ações e demandas aqui apresentadas são de cunho integrador, contando com a participação de diversos agentes multiplicadores, órgãos e instituições voltadas a assegurar o conhecimento, o estendendo a todos que estão sob esse território de forma a influenciar a participação desses nas tomadas de decisão.

**Palavras chave:** Capacitação, conservação, qualidade ambiental, sustentabilidade.

### **1.2 CONSTRUÇÃO DO PLANO DE TREINAMENTO**

Esse Diagnóstico I, nasce como um meio de mapear às demandas existentes para subsidio de ações do Programa Corredor Azul. A equipe Mupan e Wetlands se propôs, junto as instituições parceiras, apresentar ações que possam, de alguma maneira, atuar diretamente nos objetivos apontados, criando meios de garantir uma propagação maior de conhecimento e fortalecimento da participação social para cuidados com as áreas úmidas.

## **2. MARCO SITUACIONAL**

Esse Diagnóstico tem como intuito, mapear demandas de capacitação e objetivos, para formar multiplicadores. O mesmo contempla gestores públicos das esferas municipais, estaduais e federais, do setor privado e da sociedade organizada para atuarem nas instancias de discussão e decisão, principalmente voltado para a conservação da maior área úmida, o Pantanal.

Procura-se ainda, colaborar para uma melhor atuação dos órgãos públicos nas tomadas de decisões, visando a valoração dos serviços ecossistêmicos e cuidados com as áreas úmidas, a partir de diversas temáticas como planejamento ambiental e urbano, saneamento básico, resíduos sólidos, recursos hídricos, turismo, unidades de conservação, educação ambiental, comunidades tradicionais, etc.

Na ocasião da construção desse diagnóstico, a equipe do Programa Corredor Azul – Wetlands International e Mupan buscaram junto aos parceiros informações para subsidiar a proposta. Para a implementação serão estabelecidos acordos, via termos de cooperação, entre as instituições envolvidas para viabilização do referido Plano.

### **2.1 INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS**

#### **Programa Corredor Azul – Wetlands International e Mupan – Mulheres em Ação no Pantanal**

O "Programa Corredor Azul: conectando pessoas, natureza e economia ao longo do Sistema Paraná-Paraguai de Áreas Úmidas", enfoca no Estero de Iberá e

Delta do Paraná, na Argentina, e Pantanal no Brasil. Coordenado pela Wetlands International (WI), o Componente Pantanal é implementado pela Mupan. O Programa está estruturado para a geração de conhecimento, mobilização, incidência política e ações locais.

- Áurea da Silva Garcia, Diretora Geral da Mupan e Co-coordenadora do Programa Corredor Azul/Wetlands International.

- Rafaela Danielli Nicola, Diretora Administrativa da Mupan e Coordenadora Geral do Programa Corredor Azul/Wetlands International.

- Rosemary de Paes Araújo, Diretora Financeira da Mupan e Gestora Técnica do Programa Corredor Azul/Wetlands International.

- Julio Francisco Alves Fernandes- Assistente do Programa Corredor Azul/Wetlands International

- Maria Carolina Saab Palieraqui Azevedo, Jornalista do Programa Corredor Azul/Wetlands International

- Lílian Ribeiro Pereira, Bolsista do Programa Gest'Água/UFMS Parceiro da Mupan

- Josiane Barbosa Felipe, Bolsista do Programa Gest'Água/UFMS Parceiro da Mupan

### **Agência Nacional de Água (ANA)**

A Agência Nacional de Água (ANA), foi criada pela Lei nº 9.984/2000. Ela é uma Agência reguladora vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e cabe a ela fazer cumprir os objetivos e diretrizes da lei das Águas do Brasil.

A partir da Lei Federal nº 9.433/1997, que se instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, na qual está contemplada demandas relacionadas ao Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai (PRH Paraguai), aprovado 8 de março de 2018, na 40ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

O PRH Paraguai tem como objetivo fundamental reunir dados atualizados sobre a Região Hidrográfica do Paraguai, interpretá-los e mapeá-los; definir cenários futuros; identificar áreas críticas e propor diretrizes para os instrumentos de gestão; estabelecer objetivos e metas; definir ações de curto, médio e longo prazos e os custos envolvidos, constituindo assim um instrumento de planejamento estratégico de longo prazo, para uma adequada gestão dos recursos hídricos desta região hidrográfica.

A partir das diretrizes propostas no PRH Paraguai e demais documentos, como o Manual Operativo (MOP) foram identificadas as demandas de capacitação para gestores e membros dos comitês.

### **Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL)**

O IMASUL é uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO). Sua atuação é principalmente promover gestão ambiental, propondo e executando políticas que visem o desenvolvimento sustentável.

A partir de consultas junto aos representantes do IMASUL e documentos de planejamento, elencamos os objetivos estaduais vinculadas aos planos descritos abaixo:

- Plano Estadual de Recursos Hídricos

O Plano Estadual dos Recursos Hídricos tem por objetivo fundamentar e orientar a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos

Desde a aprovação da Política Estadual de Recursos Hídricos, Lei 2.406/2002 o Estado tem seguido as orientações da Políticas das Águas – Lei nº 9.433/1997.

Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/MS), de 2009, vem com o intuito de promover um fortalecimento político-institucional e traz como objetivo estimular a criação e fortalecer os Comitês de Bacias Hidrográficas e Agências de Águas, apoiando a elaboração e atualização de Planos Diretores de Bacias Hidrográficas.



O Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul foi aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-MS) Resolução nº 011 de 5 de novembro de 2009, visando orientar o planejamento e a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos.

- Plano de Bacia Hidrográfica Miranda

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Miranda foi o primeiro a ser criado no Estado em 2005. Contou com ampla participação de organizações não governamentais junto ao órgão gestor das políticas ambientais de 23 municípios em Mato Grosso do Sul.

O Plano de Bacia Hidrográfica do Miranda, construído baseado em diagnóstico e prognósticos, avalia a situação atual das suas águas, prospectando também cenários futuros.

- Plano de Resíduos sólidos

O Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS/MS), está em fase de criação e publicação, porém já apresentam algumas demandas que visam uma redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos, bem como ações de educação ambiental de modo a prever uma reeducação quanto aos descartes dos mesmos.

- Unidades de Conservação

As unidades de conservação, segundo o estabelecido no Roteiro Metodológico Para Elaboração de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Estaduais de Mato Grosso do Sul, têm como um de seus tópicos a integração de ecossistemas dinâmicos, abertos à influência de fatores naturais e humanos. Em virtude disso deve-se direcionar esforços e ações a fim de manter a sua diversidade biológica e da produtividade dos ecossistemas (ou seja, o seu “caráter ecológico”, como definido pela Convenção da Biodiversidade – CDB - e incorporado pelo Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002, na Política Nacional da Biodiversidade).

Para cada Unidade de Conservação foi organizado o Comitê Gestor, o qual conta com a participação de diversos atores sociais.

- Programa Estadual de Educação Ambiental (ProEEA/MS)

O ProEEA/MS fundamenta-se na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) – Lei nº 9.795/1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281/2004, princípios que se baseiam a educação ambiental no Brasil.

Em Mato Grosso do Sul, o Programa tem o seu histórico no âmbito da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA/MS) que desde 2000 dedica-se às discussões tanto do Programa quanto da Política Estadual de Educação Ambiental. O Programa foi construído no ano de 2017 e lançado pelo Governo do Estado no dia 05 de junho de 2018.

### **WWF-Brasil**

A organização WWF-Brasil está presente no Estado de Mato Grosso do Sul desde a década de 1990, com ações e programas para o uso sustentável dos recursos naturais, incentivando ações pilotos, capacitações, estudos e planos em diversas áreas.

As aproximações do Programa Corredor Azul e ações do WWF-Brasil tem estabelecido diálogos para a convergências de ações além do Pantanal para o fortalecimento da conectividade do Sistema Paraná-Paraguai de áreas midas.

Foram realizadas reuniões nas quais levantou-se demandas para os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, já que convergem a atuação das ações do Programa Corredor Azul e WWF-Brasil envolvendo setor público, privado e atores sociais para a conservação dos serviços ecossistêmicos das áreas midas.

### **Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP)**

O CPP tornou-se referência, desde a década de 2000, para a implementação de demandas e fortalecimento do Instituto Nacional de áreas úmidas, junto a Universidade Federal de Mato Grosso e diversas outras instituições de ensino e pesquisa. A geração e difusão de conhecimento (publicações, cursos, eventos) são referências no estabelecimento de políticas públicas de conservação de áreas midas.

O Termo de Cooperação entre Mupan/Wetlands International e CPP convergem para estudos e fortalecimento de ações no Pantanal, bem como para a proposta de conectividade do Sistema Paraná-Paraguai de Áreas Úmidas, dentre elas, estudo sobre as ameaças, cenários, áreas prioritárias para a conservação e fortalecimento de capacidades, inclusive a partir de capacitações de gestores, iniciativa privada e atores sociais.

### **Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)**

O ISPN é um centro de pesquisa e documentação independente, sem fins lucrativos, sediado em Brasília, e tem como objetivo central contribuir para a viabilização do desenvolvimento sustentável com maior equidade social e equilíbrio ambiental.

O Instituto atua no campo ecossocial, com foco nos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e suas organizações, a partir de aproximações com a temática referente aos Territórios Indígenas de Conservação e Área Conservadas por Comunidades Locais (TICCA) estabeleceu-se um Termo de Cooperação no âmbito do Programa Corredor Azul.

### **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)**

A EMBRAPA, instituição criada em 26 de abril de 1973, está vinculada ao MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento) e atua em parceria com a SNPA (Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária) buscando por inovações tecnológicas na agricultura e pecuária brasileira.

Reuniões aconteceram com a finalidade de apoio a capacitação, com o estabelecimento de Termo de Cooperação para estudos e fortalecimento de ações no Pantanal, bem como para a proposta de conectividade do Sistema Paraná-Paraguai de Áreas Úmidas.

## **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)**

Ao longo dos anos aproximações da Mupan com a UFMS tem possibilitado ações coordenadas de formação de formadores, estudos, geração e difusão de conhecimentos e estratégias para o fortalecimento de políticas públicas na região transfronteiriça, em especial na Bacia do Apa. Dentre elas, a Formação Gênero, Água e Educação Ambiental, a Rede Aguapé de Educação Ambiental para o Pantanal, o Projeto Pé na Água, o Programa Apa para Todos. No âmbito do Programa Corredor Azul os projetos de extensão Gest'Água e QualiAPA têm possibilitado o fortalecimento e execução de atividades colaborativas de extensão, pesquisa e ensino.

Quanto aos serviços ecossistêmicos, a parceria envolve diversos laboratórios e pesquisadores para a sistematização de informações relacionadas às áreas úmidas.

### **Outras articulações**

Além das instituições e documentos acima listados, foram contatadas outras de forma que as demandas serão posteriormente compiladas.

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) no Estado, tem demonstrado interesse para futuras parcerias. Com isso será possível levantar informações e demandas relacionadas ao turismo e estudos referentes a Rota Bioceânica, contemplando o estado de Mato Grosso do Sul.

A Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), também apresentou interesse no programa e posteriormente poderão trabalhar de forma conjunta apresentando outras demandas.

## **3. MARCO CONCEITUAL**

O Pantanal, maior área inundável do mundo, abrange território dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no Brasil, além da Bolívia e Paraguai, se apresenta como uma forma vulnerável no que diz respeito a aspectos naturais e antrópicos, sofrendo pressões principalmente quanto as suas formas de uso,

fatores esses que podem alterar suas características naturais comprometendo o sistema ambiental.

Dentre os impactos ocasionados nessa área, pode-se destacar principalmente a degradação do solo pela pecuária, risco nas diversidades de espécies de flora e fauna, perda das matas nativas e ciliares, comprometendo assim a qualidade da água e impactando o sistema hidrológico da região.

Áreas Úmidas para Cunha et al (2014, p. 34) “são ecossistemas específicos com extensão e características estruturais e funcionais dependentes de peculiaridades climáticas, hidrológicas e geomorfológicas regionais”.

São apresentadas várias terminologias populares que classificam essas áreas como Restinga, Banhado, Manguezal, Mata Ciliar, Vereda, entre outros. A maioria são concentradas no interior do Brasil.

Segundo Rodrigues (2017, pg.04), aspectos sociais relacionados aos processos da corrente migratória sulista, acentuado após a década de 1970 acabaram por influenciar a degradação do Pantanal, período de ocupação do cerrado, característico da revolução verde. Processos desordenados de ocupação acabam por acarretar no aumento da poluição, dos processos erosivos, perda da biodiversidade e contaminação dos recursos hídricos.

É notável a preocupação mundial relacionada a conservação dos recursos naturais. Há várias políticas e legislações que visam uma melhor gestão desses recursos, como assegura o princípio de Dublin (1992), de forma a orientar:

- Que a água doce é recurso finito e vulnerável, essencial para o sustento da vida, para o desenvolvimento e o meio ambiente;
- O desenvolvimento e a gestão da água devem ser abordados de forma participativa, envolvendo usuários, planejadores e agentes políticos em todos os níveis.
- As mulheres devem exercer papel central no fornecimento, gestão e proteção da água.
- A água deve ser reconhecida como bem econômico, tendo um valor econômico em todos os usos competitivos.

A Política Nacional de Recursos Hídricos, de acordo com a Lei 9.433/1997 apresenta, além dos princípios de Dublin, complementos para a promoção da sustentabilidade hídrica conforme artigo 1º da Lei 9.433/1997:

- A água como um bem de domínio público;
- O uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais, no caso de escassez;

- Bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
- A gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas (BRASIL, 1997).

De acordo com o Plano Estadual de Recursos Hídricos, o Estado de Mato Grosso do Sul (2010), instituiu sua Política e criou o Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos mediante a Lei nº 2.406/2002, seguindo os mesmos princípios e diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Recursos Hídricos.

Contudo, ao mesmo tempo que deparamos com diversas legislações, câmaras técnicas no Brasil, de acordo com Abers e Keck (2004, Pg. 56) esse gerenciamento de recursos para prover a “proteção ambiental” se apresenta de maneira limitada no quesito mais prático das ações.

Desta forma, cresce ainda mais essa necessidade de um tom mais participativo dentre essas políticas, promovendo de forma constante ações que tragam à tona problemáticas de uso e práticas de manejo. Abers e Keck (2004) afirmam:

(...) as chances de sucesso aumentam consideravelmente quando as lideranças confrontam a questão da sustentabilidade política desde o início, reconhecendo a necessidade de obter colaboração interna e apoio externo para os objetivos e as atividades dos comitês. Isso é feito mediante o estabelecimento de práticas que levam à construção de redes e estimulam o aprendizado (ABERS e KECK, 2004, p. 55)

Outras políticas também são voltadas a conservação ambiental e sustentabilidade como aponta a Conferência de Estocolmo (1972), no princípio segundo destaca que os recursos naturais da terra incluídos o ar, a água, a terra, a flora e a fauna e especialmente amostras representativas dos ecossistemas naturais devem ser preservadas em benefício das gerações presentes e futuras, mediante uma cuidadosa planificação ou ordenamento.

A Resolução do CNRH, nº 98 de 28 de março de 2009 ainda estabelece princípios, fundamentos e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (GIRH).

As Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico e para a Política Federal de Saneamento Básico – Lei nº 11.445/2007, estabelece dentre os seus objetivos a promoção da educação ambiental voltada para a economia de água pelos usuários, como aponta o Programa Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul (2017).

Através das diversas constatações acima é possível salientar a necessidade da participação da comunidade nessas ações e nas políticas ambientais, tão logo é indiscutível uma preparação, principalmente de gestores, para que essa atuação e as tomadas de decisão, sejam analisadas em conjunto a fim de atender a sociedade da melhor maneira e ainda trabalhar métodos benéficos para o meio ambiente.

A gestão do território de forma a alcançar objetivos de sustentabilidade ainda é um desafio. Quando abordamos o território, remete-se a Santos (1996), que o caracteriza como algo formado no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. Estas relações, por sua vez, criam vários tipos de territórios, contínuos e descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e dimensões. Logo, cada território acaba por divergir no quesito de relações, dando um maior tom às especificidades existentes no meio.

As comunidades, os diversos usos dos solos, o manuseio dos recursos naturais, dentre outros, acabam por acentuar essas diferenças, dando sentido a essa territorialidade multifuncional. Segundo Albagli,

“a territorialidade não traduz apenas uma relação com o meio: ela é uma relação triangular entre os atores sociais mediada pelo espaço.”  
(Albagli, 2004, pg. 62)

A intervenção humana sobre os recursos naturais tem impacto. Dados que apenas reforçam e validam o caráter integrador dessas ações pré-estabelecidas pelo Plano de Treinamento, estabelecendo assim a prioridade pelo desenvolvimento sustentável, buscando, dentre outros aspectos, reorientá-las para usos racionais do meio.

#### **4. MARCO OPERACIONAL**

Nas tabelas abaixo estão elencadas as demandas de treinamento, as ações decorrentes delas, possível cronograma para desenvolvimento das atividades e público alvo.

As mesmas foram levantadas dos planos analisados, outrora apresentados pelas instituições através de reuniões e levantamentos internos. Algumas dessas demandas tem previsão de início ainda para esse ano de 2018.

DRAFT



## 1- Ações Previstas 2018 – PCA/ Pantanal

Instituição e/ou documentos norteadores	Demanda	Descrição	Local e cronograma proposto	Público
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Curso de Campo Ecologia do Pantanal-	<p>- Investigação científica em ecologia e conservação. Prática em comunicação científica, oral e escrita. Conceitos de ecologia e conservação. Características ambientais e dinâmica do Pantanal;</p> <p>- Orientação de projetos em ecologia e conservação. Formulação de hipóteses e desenho experimental. Análise e interpretação de dados. Comunicação científica, oral e escrita;</p> <p>- Organização de cursos de campo. Objetivos e metas de treinamentos de campo. Planejamento e logística. Composição e dinâmica de grupos de trabalho. Métodos de avaliação sobre atividades de campo. Criação de material de divulgação.</p> <p><a href="https://www.ufms.br/">https://www.ufms.br/</a></p>	<p>Pantanal</p> <p>- Alunos de graduação e pós-graduação – setembro de 2018</p>	50 pessoas
WWF-Brasil	Curso de Capacitação para Gestores de Unidades de Conservação	<p>-Definições e conceitos de UCs;</p> <p>-Conflitos de uso.</p> <p><a href="https://www.wwf.org.br/">https://www.wwf.org.br/</a></p>	<p>Mato Grosso e Mato Grosso do Sul-novembro/2018</p> <p>- Gestores de Unidades de Conservação</p>	30 pessoas

<p>CPP</p>	<p>Legislação Ambiental Para Ciências Naturais</p> <p>Estruturar ações pontuais para uniformizar as informações sobre capacitações continuadas ou específicas para o turismo no Estado.</p> <p>Empoderamento das Mulheres de Poconé.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Direito Ambiental – Princípios e Direito Constitucional Ambiental;</li> <li>- Licenciamento Ambiental;</li> <li>- Tutela Da Fauna;</li> <li>- Código Florestal: App e RL;</li> <li>- Manejo Florestal Sustentável;</li> <li>- Aspectos Normativos;</li> <li>- Car Federal e Estadual;</li> <li>- Gestão de Florestas Públicas;</li> <li>- Introdução a Convenção da Biodiversidade;</li> <li>- Tópicos da Convenção de Ramsar;</li> <li>- Incentivos Fiscais no Direito Ambiental;</li> <li>- Introdução ao Pagamento Por Serviços Ambientais;</li> <li>- Introdução ao Direito das Águas;</li> <li>- Política Nacional de Recursos Hídricos;</li> <li>- Responsabilidade Penal e Administrativa Ambiental;</li> <li>- Responsabilidade Civil Ambiental;</li> <li>- Capacitação com Foco no Marketing Turístico das Agências e Operadores de Viagens;</li> <li>- Capacitação Relacionada ao Conhecimento dos Atrativos Turísticos de Cuiabá e Várzea Grande;</li> <li>- Palestras Temáticas e Oficinas de Capacitações para as Empresas de Meio de Hospedagem;</li> <li>- Oficina de Entomologia (Insetos);</li> <li>- Oficina de Observação de Aves;</li> <li>- Oficina de Interpretação da Avi-Fauna;</li> <li>- Capacitação para comunidades de Poconé e região.</li> </ul>	<p>Mato Grosso - alunos de graduação, pós-graduação e pessoas do ramo de hotelaria – execução: segundo semestre de 2018.</p>	
------------	--	---	--	--

CPP	CONBRAU	Evento Paralelo Práticas de Gestão Inclusiva <a href="http://www.cppantanal.org.br/2018/">http://www.cppantanal.org.br/2018/</a>	Pesquisadores, graduandos, pós-graduandos e demais interessados no estudo das áreas úmidas	30 pessoas
Rede Cerrado	Reunião Anual	Mesa-Manejo Participativo e Comunidades Tradicionais <a href="http://redecerrado.org.br/">http://redecerrado.org.br/</a>	Lideranças relacionadas aos Biomas Cerrado e Pantanal	100 pessoas

DRAFT

## 2- Diagnóstico- Consultas em Planos e Documentos

Instituição e/ou documentos norteadores	Demanda	Descrição	Local e cronograma proposto
ANA - Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai (PRH-Paraguai)	Sensibilizar a população através de palestras sobre a conservação dos Recursos Hídricos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar cursos voltados a produtores rurais relacionando alternativas de conservação dos Recursos Hídricos, controle de cargas difusas e de processos erosivos;</li> <li>- Realizar pelo menos dois cursos de capacitação para os funcionários de cada órgão gestor estadual quanto às responsabilidades relacionadas ao PRH e ao sistema de gestão;</li> <li>- Desenvolver e aplicar curso de capacitação para os membros dos CBHs estaduais sobre o PRH Paraguai, suas metas, objetivos, diretrizes e programas;</li> <li>- Realizar oficinas de integração anuais entre os CBHs estaduais e o GAP para discussão dos temas de maior relevância para a RH e troca de experiências.</li> </ul> <p><a href="http://arquivos.ana.gov.br/portal/RH-Paraguai/Plano.pdf">http://arquivos.ana.gov.br/portal/RH-Paraguai/Plano.pdf</a></p>	Turmas Mato Grosso e Mato Grosso do Sul - 1 ano
IMASUL - Plano Estadual de Recursos Hídricos	Reestruturação e fortalecimento do órgão gestor de recursos hídricos  Levantamento e consolidação do conhecimento em gestão de recursos hídricos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacitar o corpo técnico, gerencial e administrativo do órgão gestor visando a suprir as necessidades atuais e futuras para dar atendimento às suas atribuições no SEGRH, incluindo hidrólogos, hidrogeólogos, climatologistas, engenheiro hidráulico, engenheiro ambiental, especialistas em mediação de conflitos, entre outros;</li> </ul>	Mato Grosso do Sul 3 anos

	<p>Educação para a gestão integrada de recursos hídricos</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Encontros, seminários regionais e contribuir com propostas, diretrizes e sugestões de ações/ programas e projetos para fortalecer o uso sustentável e a participação social na gestão dos recursos hídricos de Mato Grosso do Sul;</li><li>- Sensibilizando e capacitando usuários dos recursos hídricos, sociedade civil e poder público para o uso racional e responsável da água, valorizando, inclusive, os conhecimentos tradicionais;</li><li>- Promover a atualização contínua dos gestores das políticas de recursos hídricos que integram o SEGRH para a formulação de políticas públicas e implementação do PERH-MS;</li><li>- Formação agentes multiplicadores para difusão de conceitos e práticas sustentáveis na área de recursos hídricos;</li><li>- Ações de capacitação (minicursos, palestras, cursos de extensão e especialização) para desenvolver ações em parcerias com os colegiados do SEGRH, redes e coletivos da sociedade, governos e iniciativa privada.</li></ul> <p><a href="http://www.imasul.ms.gov.br/recursos-hidricos/plano-estadual-de-recursos-hidricos-perhms/">http://www.imasul.ms.gov.br/recursos-hidricos/plano-estadual-de-recursos-hidricos-perhms/</a></p>	
--	--	---	--

<p>IMASUL - Plano de Bacia Hidrográfica do Miranda</p>	<p>Mobilização social/ Oficina Pública</p>	<p>Oficinas que possam apresentar, validar, prestar esclarecimentos e agregar contribuições pertinentes para a elaboração da proposição em versão final do plano. <a href="http://www.imasul.ms.gov.br/recursos-hidricos/planos-de-bacias-hidrograficas-downloads/">http://www.imasul.ms.gov.br/recursos-hidricos/planos-de-bacias-hidrograficas-downloads/</a></p>	<p>Mato Grosso do Sul - 2 anos</p>
<p>IMASUL - Plano de Resíduos Sólidos</p>	<p>Educação Ambiental e Participação Social para a Gestão dos Resíduos Sólidos</p>	<p>- Capacitar para o desenvolvimento de ações de educação ambiental para gestão dos resíduos sólidos; - Promover ações de educação ambiental voltadas à temática resíduos sólidos; - Promover ações de estímulo ao controle e participação social da comunidade sul-matogrossense na execução do PERS-MS. <a href="http://www.imasul.ms.gov.br/Geral/residuos-solidos/">http://www.imasul.ms.gov.br/Geral/residuos-solidos/</a></p>	<p>Mato Grosso do Sul - 2 anos (2019-2020)</p>
<p>IMASUL - Plano de Manejo de Unidades de Conservação</p>	<p>Capacitação de condutores e monitores ambientais para o uso público</p>	<p>- Integrar a UC no contexto educacional da região, de modo a criar atitudes de respeito e proteção aos recursos naturais ali presentes; - Realizar ações de educação e informação que apoiem o processo de fiscalização e controle ambiental da área; - Capacitação de servidores públicos para gestão de unidades de conservação. <a href="http://www.imasul.ms.gov.br/planos-de-manejo-ucs-ms/">http://www.imasul.ms.gov.br/planos-de-manejo-ucs-ms/</a></p>	<p>Mato Grosso do Sul - 2020 a 2030</p>

<p>IMASUL - Programa Estadual de Educação Ambiental</p>	<p>Promover a educação ambiental formal e informal.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover a inclusão de noções de educação ambiental e ecoturismo;</li> <li>- Formar agentes multiplicadores para atuarem em programas específicos de EA;</li> <li>- Promover campanhas educativas.</li> </ul> <p><a href="http://www.imasul.ms.gov.br/Geral/educacao-ambiental/">http://www.imasul.ms.gov.br/Geral/educacao-ambiental/</a></p>	
---	---	---	--

### 3- Diagnóstico – Consulta Instituições

<p>IMASUL Gerência de Unidades de Conservação</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Capacitar em ferramentas que auxiliem a gestão de áreas protegidas</li> <li>- Capacitar conselheiros e gestores públicos municipais para a gestão de áreas protegidas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Interpretação de imagens de satélite;</li> <li>- Avaliação do estado de conservação dos ecossistemas;</li> <li>- Classificação de Áreas Úmidas;</li> <li>- Ecologia da paisagem;</li> <li>- Monitoramento da Gestão- Elaboração de planejamento específico relacionado ao Plano de Manejo;</li> <li>- Gestão para resultados em Áreas Protegidas;</li> <li>- Conduzindo Conselhos gestores;</li> <li>- Capacitando conselheiros;</li> <li>- Práticas inovadoras em ICMS Ecológico.</li> </ul> <p><a href="http://www.imasul.ms.gov.br/setores/gerencias/unidades-de-conservacao/">http://www.imasul.ms.gov.br/setores/gerencias/unidades-de-conservacao/</a></p>	<p>Mato Grosso do Sul –</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Gestores de Ucs Estaduais</li> <li>- Conselheiros de Ucs e demais áreas protegidas</li> <li>- Gestores públicos municipais</li> </ul>
---	--	---	---

<p>IMASUL- Gerência de Desenvolvimento e Modernização (GDM)</p>	<p>Capacitar gestores públicos para a temática resíduos sólidos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Orientar a implantação de sistemas de tratamentos e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos;</li> <li>- Orientar a implantação de sistemas de tratamentos e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos;</li> <li>- Orientar Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMIs) e Parcerias Público Privadas (PPPs);</li> <li>- Orientar a criação de consórcios ou inserção em consórcios existentes para disposição final dos rejeitos;</li> <li>- Procedimentos de recuperação de áreas de disposição final inadequada de resíduos sólidos;</li> <li>- Promoção da universalização do correto acondicionamento e do serviço de coleta regular na zona urbana e rural;</li> <li>- Orientar a implantação e ampliação dos programas de coleta seletiva e triagem de resíduos recicláveis (secos) com priorização na contratação de organizações de catadores;</li> <li>- Estimular a aquisição de produtos recicláveis e reciclados na Administração Pública;</li> <li>- Orientar a aplicação de novas tecnologias e processos inovadores com objetivo de minimizar a quantidade de rejeitos destinados à disposição final;</li> </ul>	<p>- Gestores públicos estaduais e municipais</p>
---	---	---	---



		<ul style="list-style-type: none"><li>- Orientar a implantação de unidades de triagem e compostagem de resíduos sólidos nos municípios;</li><li>- Orientar a implantação e operação de ecopontos nos municípios;</li><li>- Adoção de procedimentos que levem à redução da geração de resíduos de serviço de saúde;</li><li>- Adoção de processos industriais que minimizem a geração de resíduos;</li><li>- Orientar a implantação da coleta seletiva e da logística reversa nos terminais;</li><li>- Orientar a compatibilização de práticas tradicionais com as práticas da agricultura orgânica, com vistas a incorporar a reciclagem e reutilização e técnicas de baixa emissão de carbono;</li><li>- Orientar o transporte e tratamento dos resíduos de serviço público de saúde de forma regionalizada /consoiciada;</li><li>- Orientar a elaboração dos planos de gerenciamento dos resíduos de serviço de saúde de estabelecimentos públicos estaduais;</li><li>- Orientar a implantação de aterros sanitários industriais ou outras formas de disposição final ambientalmente adequada;</li><li>- Orientar a implantação de unidades de disposição final ambientalmente adequada de rejeitos de mineração;</li></ul>	
--	--	---	--

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico em relação às práticas de recuperação de áreas degradadas por disposição inadequada de resíduos sólidos;</li> <li>- Incentivar o desenvolvimento e o aprimoramento de tecnologias, serviços e soluções para redução, reutilização, reciclagem e aproveitamento dos resíduos sólidos;</li> <li>- Orientar a elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômica para sistemas de aproveitamento energético em aterros sanitários;</li> <li>- Orientar o Desenvolvimento de Tecnologias de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo;</li> <li>- Orientar a estruturação de rede de organizações de catadores de materiais recicláveis;</li> <li>- Orientar a inclusão de catadores de materiais recicláveis na prestação de serviços de coleta seletiva, triagem dos resíduos sólidos e sistemas de logística reversa, por meio da contratação formal de suas organizações. <a href="http://www.imasul.ms.gov.br/desenvolvimento-e-modernizacao/">http://www.imasul.ms.gov.br/desenvolvimento-e-modernizacao/</a></li> </ul>	
IMASUL- Unidade de	-Instrumentalização de gestores municipais no	-Cursos de Planejamento e Execução de ações de Educação Ambiental; <a href="http://www.imasul.ms.gov.br/educacao-ambiental/">http://www.imasul.ms.gov.br/educacao-ambiental/</a>	Gestores municipais com atuação em Educação Ambiental,

Educação Ambiental	planejamento e execução de ações em educação ambiental.		sendo 1 (um) representante de cada município- 79 gestores.
ISPN	Oficinas para valorização de espécies nativas e variações com produtos abundantes na agricultura familiar	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Gerenciar os empreendimentos da agricultura familiar;</li> <li>- Assistência técnica de todo tipo para uma produção mais sustentável, desde extrativismo, até agroecologia, e sem esquecer da pecuária;</li> <li>- Sistemas com espécies nativas, como baru, pequi, com finalidade de aumentar a renda, aumentar a diversidade de ambientes da paisagem.</li> </ul> <a href="http://www.ispn.org.br/">http://www.ispn.org.br/</a>	- Gestores públicos municipais
EMBRAPA	Curso que vise a recuperação de áreas degradadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacitação de gestores para a recuperação de áreas degradadas.</li> </ul> <a href="https://www.embrapa.br/">https://www.embrapa.br/</a>	- Gestores Públicos municipais

## 5. CONSIDERAÇÕES/PRÓXIMOS PASSOS

As atividades serão aplicadas de acordo com cronograma pré-estabelecido com cada instituição parceira para capacitação de pessoal para continua propagação de atividades de conservação. Além de atender essas demandas há uma atuação mais direta com eventos voltados para conservação e recuperação de áreas degradadas, materiais explicativos sobre a dinâmica e particularidades do Pantanal e ações que intensifiquem ainda mais esses resultados.

Espera-se com esse Plano de Treinamento atender as demandas existentes, colaborando para dinamizar o conhecimento, a aplicabilidade de manejos sustentáveis e a conscientização quanto aos usos, de forma a promover a conservação dessas áreas.

## REFERÊNCIAS

ANA. Agência Nacional de Águas (Brasil). Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai – PRH Paraguai: Resumo Executivo / Agência Nacional de Águas. – Brasília: ANA, 2018

ABERS, R., & KECK, M. *Comitês de bacia no Brasil: uma abordagem política no estudo da participação social. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 6(1), 55. 2004

ALBAGLI, S. (2004). Território e territorialidade. LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (org.) *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Brasília, DF : SEBRAE, 2004. Pag. 23-69.

JUNK, W. J. et al. Definição e Classificação das Áreas Úmidas (AUs) Brasileiras: Base Científica para uma Nova Política de Proteção e Manejo Sustentável. CUNHA, C. N. PIEDADE M.T. F.; JUNK, W. J. (org.) *Classificação e delineamento das áreas úmidas brasileiras e de seus macrohabitats* [recurso eletrônico] – Cuiabá: EdUFMT, 2015.